REFLETINDO A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA EGRESSO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA[1]

Eudo Augusto de Luna Lucena[2]
Marilize Silva Bentes[3]

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atual estrutura curricular do Curso de Licenciatura em História da UFPB, visando contribuir na construção do novo Projeto Pedagógico do Curso. O trabalho foi dividido em três etapas: a primeira consiste numa análise do processo de redemocratização e as transformações nos cursos de história, a segunda parte é composta por uma descrição acerca das mudanças nas diretrizes curriculares nos cursos de licenciatura e a terceira parte discute o atual PPC de história da UFPB buscando propostas que contribuam positivamente na elaboração no novo PPC do nosso curso. Portanto, apresentaremos esses primeiros resultados da análise, objetivando ampliar a discussão e aprofundar nossa análise, com a contribuição de outros colegas, para que se possa buscar uma melhor forma de integração entre os componentes curriculares teóricos e práticos, pois, uma melhoria na qualidade do curso significa, em última instancia, uma melhoria na educação básica dos nossos jovens.

Palavras-chave: Cursos de Licenciatura. Currículo. Formação de Professores.

ABSTRACT

This paper aims to examine the current curriculum of the Degree in History of UFPB, to contribute in the construction of the new Pedagogical Project of the Course. The work was divided into three stages: the first is an analysis of the democratization process and the transformations in history courses, the second part consists of a description about the changes in curriculum guidelines in undergraduate and the third part discusses the current PPC history UFPB seeking proposals contribute positively in preparing the new PPC of our course. Therefore, we will present these first results of the analysis, aiming to broaden the discussion and deepen our analysis, with input from other colleagues, so that we can seek a better way of integration between the theoretical and practical curriculum components therefore an improvement in the quality of course means, ultimately, an improvement in the basic education of our youth.

Keywords: Degree courses. Curriculum. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Esse texto é fruto do projeto PROLICEN[4], desenvolvido no Curso de História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O projeto surgiu da necessidade de entendermos melhor como estão sendo formados os licenciados no Curso de Licenciatura em História da UFPB, numa ação/reflexão/intervenção aplicada ao longo dos três últimos anos, iniciada com o projeto "Permanências e rupturas na concepção do ensino de história durante a formação dos professores", desenvolvido no PROLICEN 2013. Nesse, foi desenvolvida uma pesquisa

[1] Trabalho fruto do Projeto PROLICEN 2015 - História, coordenado pelo prof. Dr. Damião de Lima, UFPB.
[2] Graduado em História, UFPB.
[3] Graduanda em História, UFPB.
[4] Avaliação e Contribuição dos Docentes de Escola Pública, Egressos do Curso de História, Sobre a Relação entre Teoria e Prática de Ensino Durante sua Formação.

que, entre outros elementos, permitiu a aferição, pelos alunos do Curso de Licenciatura em História da UFPB, da sua satisfação com a formação que lhes estava sendo ofertada e onde eles puderam avaliar e expor os aspectos negativos e positivos na sua formação.

Realizada essa etapa, partimos para a realização de um diagnóstico que nos permitisse traçar um perfil do aluno acerca do seu conhecimento sobre a realidade educacional e suas possibilidades de intervenção como futuro docente e, principalmente, das angustias desses futuros docentes acerca do momento crucial do curso que, segundo eles, era o estágio supervisionado. Para alcançar tal desiderato, resolvemos aprofundar o estudo por esse viés e buscar entender os motivos que levavam os alunos, de um curso de licenciatura, a se sentirem inseguros no momento de assumir uma sala de aula. A imensa maioria dos nossos alunos não se sentia preparada e temia o momento, de mesmo como estagiários, assumir uma sala de aula ao término de sua graduação. Uma constatação bastante preocupante visto que o objetivo do curso é formar professores.

Buscando o entendimento dessa problemática e sua possível solução, foi apresentado, no ano passado, o Projeto: "A Prática de Ensino na Formação dos Professores de História: do Arcabouço Teórico à Sala de Aula na Escola", cujo objetivo central era: *"Entender a dicotomia entre teoria e prática na formação dos licenciados em História da Universidade Federal da Paraíba"*. Essa pesquisa/ação nos levou a análise e discussão sobre as diversas mudanças operadas no currículo do curso e apontou uma dicotomia entre teoria e prática na formação dos nossos alunos, causada, principalmente, pela ausência de práticas curriculares de história durante todo o curso.

Como se trata de uma pesquisa/ação/intervenção, internamente, o resultado desse esforço já começa a aparecer no curso. Em virtude das questões apresentadas e de outros problemas latentes na nossa graduação, iniciamos a discussão e estamos dando início ao processo de elaboração de um novo Projeto Pedagógico de Curso.

Objetivando a elaboração desse novo Projeto Pedagógico do Curso, de forma mais abrangente e com contribuição de alguns agentes que estiveram ausentes nos processos anteriores e que consideramos como fundamental para a elaboração de um bom PPC, resolvemos apresentar, nesse ano de 2015, um novo projeto no PROLICEN que, de certa forma, fechará o ciclo iniciado em 2013 e culminará com o novo PPC.

Dessa forma, tomamos como o nosso objetivo principal, neste terceiro e último ano desse projeto PROLICEN, buscar a contribuição de professores da rede pública, egressos do nosso curso, para que possamos, em conjunto, analisar a problemática já detectada na atual estrutura curricular do Curso de Licenciatura em História da UFPB e construirmos propostas oriundas do universo escolar e das vivências do ensino básico, capazes de contribuir na construção do novo Projeto Pedagógico do Curso.

Destarte, esse texto, que ora apresentamos, é o resultado parcial dessa última fase do nosso projeto. Resolvemos apresentar o texto em quatro etapas, como segue: A primeira constituiu-se de um estudo sobre como as mudanças ocorridas no Brasil, nas últimas três décadas, refletiram na educação, impactaram na reformulação dos Cursos de Licenciatura de forma geral e, principalmente, como se refletiram no Curso de Licenciatura em História da UFPB.

Na segunda etapa, apresentamos As mudanças políticas e sociais ocorridas no Brasil, no novo milênio, e os impactos dessas transformações na política educacional. Analisamos a documentação expedida pelos órgãos oficiais, acerca das licenciaturas, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, passando pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação que visavam dar o norte na reestruturação das licenciaturas para atender as demandas da política governamental e chegamos até a crítica da adaptação das licenciaturas a essas novas diretrizes, operadas na Universidade Federal da Paraíba que, de certa forma, desconfigurou o avançado Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História. Ou seja,

discutimos como uma proposta nacional que tinha como principal objetivo contribuir para uma melhor formação docente, acabou, por razões e opções internas da UFPB e do nosso curso de história, transformando-se em algo nocivo e enfraquecendo um projeto anterior que havia sido construído em bases bastante sólidas e com objetivos amplos e ambiciosos.

A terceira etapa consiste na análise do Projeto Pedagógico do Curso de licenciatura em história dando ênfase, principalmente, na discrepância existente entre o que está proposto na sua justificativa, seus objetivos e no perfil do egresso e a não correspondência com a realidade do currículo apresentado.

Por fim, nas considerações finais fazemos uma síntese do que conseguimos até aqui e abrimos a possibilidade de, no debate com outros colegas, podermos construir uma nova proposta de Projeto Pedagógico de Curso que, se não atenda a todos os anseios dos nossos alunos e da sociedade atual, ao menos possa contribuir na formação de um professor que seja capaz de dialogar com seus alunos de forma a contribuir para que estes tomem decisões conscientes em relação ao mundo que os rodeia e que possam se tornar, cada vez mais, humanos.

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E O CURRÍCULO DE HISTÓRIA

Entre o final dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado, com fim da ditadura militar e o processo de abertura democrática, sintetizada principalmente pela promulgação da nova Constituição de 1988, acentuou-se a discussão no seio da universidade brasileira acerca do papel social da educação.

Nos cursos de história, essa discussão ganhou corpo e o debate se dava no sentido de propor mudanças que superassem os anos de autoritarismo e contribuíssem para / na formação de profissionais comprometidos com as mudanças democráticas e que fossem capazes de intervir no mundo do trabalho com ferramentas metodológicas e capacidades teóricas exigidas pelo processo de globalização e que, ao mesmo tempo, soubesse lidar com a diversidade de fontes históricas que estavam sendo utilizadas nos países mais desenvolvidos. Essa influência externa, no nosso caso, advindo da *Escola dos Annales*, abria novas possibilidades de análises históricas como também evidenciava a necessidade da aplicabilidade da interdisciplinaridade.

Esse cenário de ebulição de ideias e de debates sobre os rumos da educação brasileira culminou com a publicação, em 20 de dezembro de 1996, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB.

No curso de história da UFPB, esse debate ganhou grande dimensão em virtude das mudanças externas já apontadas e, também, em virtude de mudanças internas no seio do curso que passava por forte transformação com a aposentadoria de vários professores mais antigos e a chegada, via concurso público, de muitos professores jovens, oriundos dos movimentos contrários à ditadura, em especial, do movimento estudantil.

Destarte, antecipando a própria LDB, ainda em agosto de 1996, o curso de história da UFPB aprova um novo Projeto Pedagógico do Curso[5] que era a síntese desse cenário de discussão e da influência dos *Annales* no campo historiográfico. É preciso destacar que o Projeto Pedagógico do Curso, elaborado nesse período, foi considerado, à época, um dos mais avançados do Brasil, à medida que sintetizava as discussões sobre a formação do historiador que eram tratadas na Associação Nacional de História – ANPUH. Essa novo projeto tinha como meta, entre outras novidades, um maior diálogo interdisciplinar, o trato com diversas fontes historiográficas e a forte aliança entre ensino e pesquisa durante a formação do futuro professor[6].

[5] Na época era denominado de Projeto Político Pedagógico.

[6] Dessa forma, o curso passou a ter uma duração mínima de 2.340 (duas mil, trezentas e quarenta) horas-aula, correspondentes a 152 (cento e cinquenta e dois) créditos, ficando dividido da seguinte forma: disciplinas do

As disciplinas do currículo mínimo, que correspondiam a 1.470 horas, eram as seguintes: Introdução ao Estudo da História, História Antiga I II e III, História Medieval I e II, História Moderna I e II, História Contemporânea I e II, História do Brasil I II III e IV, História da América I II e III, Introdução à Psicologia, Psicologia da Educação V, Didática, Estrutura de Funcionamento do Ensino 1º e 2º Graus, Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado I, Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado II, Introdução à Sociologia e Antropologia.

A disciplina de legislação específica era Educação Física, que correspondia a 30 horas. As disciplinas complementares obrigatórias, que correspondiam à 480 horas, eram as seguintes: Introdução à Filosofia, Teoria da História I e II, Metodologia da História I e II, Pré-História e História da Paraíba I e II. Havia ainda as disciplinas complementares optativas, das quais o aluno deveria cursar pelo menos seis, totalizando 360 horas. Nestas, abria-se a possibilidade do trato com novas fontes, com disciplinas sobre arquivo, cinema, patrimônio histórico, entre outras.

Nessa reformulação passaram a haver disciplinas do currículo mínimo e complementares obrigatórias que eram lecionadas por professores de outros departamentos, eram elas: Introdução à Psicologia; Introdução à Sociologia; Antropologia; Introdução à Filosofia e ainda as disciplinas a cargo dos professores do Departamento de Educação, como Psicologia da Educação V e Didática. Houve um grande ganho para o Curso de Licenciatura em História, pois essa diversificação de docentes proporcionava a interdisciplinaridade, que facilitava o conhecimento mais amplo e um maior diálogo entre as respectivas áreas.

É importante ressaltar que com a aplicabilidade do novo currículo o curso ganha destaque no cenário regional e nacional e chega a receber nota máxima em uma avaliação do Ministério da Educação.

O NOVO MILÊNIO, MUDANÇAS POLÍCAS E NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Na entrada do novo milênio com um governo eleito apoiado pelas camadas populares e pelos movimentos sociais, a discussão acerca do papel da educação e o processo de inclusão social, pela via educacional, ganha força. Assim, a necessidade de formar professores capazes de atender a essa demanda reprimida entra na ordem do dia, bem como, a discussão sobre um currículo que atendesse a essa nova realidade e que formasse um profissional mais afeiçoado às questões pedagógicas.

Como resultado dessa nova realidade, no ano de 2002, o Ministério da Educação e Cultura – MEC, lançou através do Conselho Nacional de Educação – CNE, a resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 e a resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, ambas em consonância com a LDB. A CNE/CP 1 institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, nos cursos de licenciatura de graduação plena. Este documento constitui um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino de licenciatura.

Dando seguimento às determinações da resolução CNE/CP 1, a resolução CNE/CP 2 institui a duração mínima dos cursos de licenciatura, de graduação plena para formação de professores da educação básica em 2.800 (duas mil e oitocentas) horas e ainda determina que a articulação entre teoria e prática se dê da seguinte forma: 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; 400 (quatrocentas) horas de

currículo mínimo 1.470 horas (94 créditos), disciplinas de legislação específica 30 horas (2 créditos), disciplinas complementares obrigatórias 480 horas (32 créditos) e as disciplinas complementares optativas 360 horas (24 créditos). Com a integralização de no mínimo 07 e no máximo 14 períodos letivos.

estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; 1.800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Dessa forma, os cursos de licenciatura foram divididos em 1.800 (mil e oitocentas) horas de disciplinas teóricas e 1.000 (mil) horas de prática, sendo que, a prática e o estágio foram separados, onde cada um deve ser composto por 400 (quatrocentas) horas e ainda 200 (duzentas) horas que podem ser compostas por seminários, participações em congressos, projetos de ensino, monitorias, etc., quaisquer atividades acadêmicas, contanto que não fossem em forma de disciplinas cursadas.

A ideia central dessa discussão estava, justamente, em formar um professor capaz de responder à nova realidade social. Haveria um aumento considerável no número de alunos, grande parte deles oriundo das camadas populares, que na sua formação não tinham o mesmo grau de nível educacional dos alunos oriundos das camadas médias que, até então, eram os que acessavam a escola. Desse modo, era fundamental que se formasse um professor que soubesse lidar com essa nova realidade. Ou seja, um professor que tivesse uma vivência mais forte com a prática profissional e com a realidade social, política e cultural da comunidade onde ele iria atuar e esse contato com a realidade social, dos novos alunos, deveria ocorrer durante a formação do "novo" profissional da educação.

Infelizmente essa discussão não ocorreu em boa parte dos cursos de licenciatura e, quando se deu, como no caso do nosso curso de história, foi de forma enviesada sendo pouco compreendida. O resultado dessa falta de comunicação e dessa incompreensão da proposta governamental pode ser considerado como desastroso.

Ao não participar da discussão, por inúmeras razões que não cabem aqui discutir, os cursos de licenciatura da Universidade Federal da Paraíba, inclusive o curso de licenciatura em história, optaram pelo caminho mais fácil. Ou seja, ao invés da construção de um novo PPC para cada curso, o que demandaria tempo, debates e, obviamente, algumas indisposições com os enfrentamentos políticos e ideológicos existentes em cada curso, optou-se pela transferência de responsabilidades. Assim, as disciplinas de estágio e práticas curriculares, que deveriam ser específicas de cada curso, foram repassadas para a responsabilidade do centro de educação.

Isso posto, diante desse quadro de "acomodação" das diversas licenciaturas da instituição, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da UFPB, através da Resolução 04/2004, estabeleceu que as 400 horas de prática curricular ao longo do curso se daria através das seguintes disciplinas, todas ofertadas pelo Centro de Educação: Fundamentos Antropo-filosóficos da Educação, Fundamentos Sócio-históricos da Educação, Fundamentos Psicológicos da Educação, Política e Gestão da Educação e Didática.

Cabe destacar que essa mudança, promovida pelo CONSEPE da UFPB, destoou por completo do que foi pensado pelo MEC. E, no caso do curso de licenciatura em história, essa adaptação deixou o curso sem identidade. Ou seja, ele não é mais interdisciplinar, não comporta mais as disciplinas optativas que instrumentalizavam o futuro professor para lidar com outras fontes históricas, como arquivo e patrimônio histórico e também não forma um professor que saiba realizar as práticas curriculares relativas à história.

Mediante as mudanças na estruturação das licenciaturas, determinadas pelo MEC e buscando seguir o que foi instituído pelo CONSEPE, o Curso de Licenciatura em História da UFPB tem passado por diversas reformulações. No entanto, em nenhuma dessas reformulações o corpo docente e discente conseguiu retomar a discussão central que é a definição do novo perfil do egresso e as maneiras de operacionalizar essa decisão.

A primeira reformulação do curso se deu em 2006 e este passou a ter uma duração mínima de 2.820 (duas mil, oitocentos e vinte) horas-aula, distribuídas da seguinte forma: Conteúdos Básicos Gerais 1.260 horas (84 créditos), Conteúdos de Formação Pedagógica 300

horas (20 créditos), Estágio Supervisionado 420 horas (28 créditos), Conteúdos Complementares Obrigatórios 420 horas (28 créditos), Conteúdos Complementares Optativos em História 240 (16 créditos), Conteúdos Complementares Optativos em Formação Pedagógica 120 horas (08 créditos) Conteúdos complementares flexíveis 60 horas (04 créditos). Com integralização de no mínimo 10 e no máximo 15 períodos letivos.

Com isso, a duração do curso aumentou seguindo o que foi determinado pelo MEC. E para atender às 1000 horas de práticas curriculares, o curso passou a oferecer sete disciplinas de estágio supervisionado, totalizando 420 horas e as disciplinas de formação pedagógica que, juntas, somavam 420 horas, além das 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais[7].

O fluxograma fruto dessa nova versão do PPC, não traria mais a questão da interdisciplinaridade, visto que as disciplinas ministradas por professores de outros departamentos, como vimos no PPC de 1996, deixaram de fazer parte da estrutura curricular, salvo as disciplinas do Departamento de Educação, que, como instituiu o CONSEPE, passaram a ser tratadas como a prática curricular nas licenciaturas da UFPB.

Percebemos assim, que houve, na realidade, uma grande perda na formação dos futuros professores, pois, a interdisciplinaridade deixou de existir e a prática de ensino que deveria permear toda a formação docente, do início ao fim do curso, foi atribuída a cinco disciplinas do Centro de Educação, uma por semestre ao longo dos cinco primeiros semestres.

Após uma breve alteração no PPC do curso de história em 2009, que modificou apenas os pré-requisitos das disciplinas pedagógicas, o curso foi reestruturado novamente em 2011, sem, no entanto, definir-se ou demarcar espaço enquanto agente ativo do processo educacional no cenário regional, estadual ou mesmo local. Em síntese, o curso perdeu sua identidade. Resta um PPC que se propõe a formar um tipo de profissional e um currículo que não possibilita a efetivação da proposta.

ANÁLISE DO PPC: OBJETIVOS, PERFIL DO EGRESSO E CURRÍCULO

Ao analisarmos o discurso, escrito e posto na justificativa, objetivos e perfil do egresso e o currículo do atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC), datado de maio do ano de 2011 e fazer o contraponto com a prática que está se efetivando no curso, observamos que a discrepância entre o escrito e a realidade é gritante. Segundo o PPC:

O atual currículo do curso estaria voltado para nortear a formação do licenciado em História pela Universidade Federal da Paraíba, levando em consideração as mudanças inerentes à sociedade e os anseios da formação acadêmica e profissional em face das novas exigências do mercado de trabalho, como também propiciaria o do exercício pleno da cidadania.

O currículo atende as finalidades da educação e seu reflexo na sociedade, atendo-se à formação de cidadãos capacitados para lidar com os novos valores profissionais, éticos, políticos e culturais que permeiam a sociedade contemporânea.

O atual Projeto Pedagógico de Curso interfere, de modo racional e sistemático, no presente, objetivando, doravante, uma formação de qualidade para os alunos do curso de História. Logo, estes profissionais estariam preparados para enfrentar as salas de aulas, dotados de conhecimento teórico, sobretudo possuindo uma bagagem de cunho prático, imprescindível para seu desenvolvimento como profissional de licenciatura. E, visa a formação do profissional de história pautada na desenvoltura e habilitação deste para a pesquisa e o ensino, com base, mais precisamente, numa reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico, bem como a contribuição resultante de debates historiográficos discutidos desde o século XIX, que configura o patrimônio teórico e metodológico do campo historiográfico.

[7] Esse ainda é um problema insolúvel no curso. Adota-se, exatamente, o que a resolução proíbe. Ou seja, a "troca" de atividades acadêmico-científico-culturais por disciplinas optativas.

Em outro momento da leitura, o PPC ressalta a importância da interdisciplinaridade, ou seja, a necessária correlação entre a história e as demais disciplinas pertencentes ao estudo humanístico, com o objetivo de evitar que o acadêmico e profissional não enverede por um caminho eminentemente técnico, estando ele aberto as demais vertentes do saber, sendo possível, destarte, uma melhor desenvoltura na sua compreensão e produção acadêmica.

Sobre a relação com a área da educação, o projeto destaca que, como se trata de um curso de licenciatura, é de suma importância a relação direta do referido Projeto Pedagógico com a Educação, saindo da esfera tradicional e arcaica, ampliando e explorando as diversas vertentes que caracterizam o engendramento, difusão e recepção do conhecimento, colocando a o processo educativo-escolar em posição de destaque na formação integral do cidadão.

No que concerne ao objetivo do curso, Segundo o PPC, o atual curso de História da Universidade federal da Paraíba visa: preparar o profissional, conferindo a este uma visão global e crítica; fornecer meios para que o cidadão desenvolva suas atividades acadêmico/profissionais com base na competência e habilidade democrática e cooperativa, tendo uma perspectiva de uma educação/formação em contínuo processo; como também, objetiva capacitar o profissional para o exercício da função de professor de história, apto a atender e compreender todas as dimensões concernentes ao campo historiográfico, quais sejam: magistério, preservação do patrimônio, assessorias e entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc.

Sobre o Perfil do Egresso, de acordo com o atual Projeto Pedagógico de curso, o formando estará apto ao exercício do trabalho do magistério da educação básica, sendo plenamente capaz de dominar a construção e disseminação do conhecimento histórico e das práticas educativas respectivas. O perfil deste profissional gira em torno da capacidade de dominar as mais variadas concepções do campo metodológico que referenciam a construção de categorias para a investigação e análise das relações sócio-históricas; problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações no tempo e no espaço; transpor as possíveis fronteiras entre o conhecimento histórico e as demais áreas do saber humanístico; desenvolver a pesquisa e produção de conhecimento não só no âmbito acadêmico, como também em instituições de ensino, órgãos de preservação da memória, patrimônio, etc.. E ainda deve compreender as demandas e diversidades sociais e suas peculiaridades, como também a pluralidade cultural da sociedade contemporânea posicionando-se de maneira coerente diante de tais temas.

E vai além, o egresso estará preparado para detectar os diversos problemas sócio-culturais educacionais, propondo soluções as questões de qualidade de ensino e de medidas que tenham por finalidade esmaecer a exclusão social. Ou seja, um docente consciente da realidade que o cerca, capaz de compreender as diversas linguagens historiográficas, bem como o entendimento de sua relação com a produção de conhecimento e com os processos educativos. Finalizando, ele deve desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas, como vem sendo exigido na sociedade contemporânea.

A grande questão que colocamos é a seguinte: Como está o atual currículo, engessado, remendado e sem base política, ideológica e acadêmica, todo esse arrazoado, acima apresentado, não passa de uma bela carta de intenções sem nenhuma base prática que lhe sustente. É um escrito, puramente, fantasioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após fazermos um apanhado geral sobre as mudanças recentes que vem ocorrendo o no PPC do curso de História – Licenciatura, notamos uma mudança não tão significativa, que atenda as exigências da contemporaneidade. Desde a década de 80 vem ocorrendo mudanças na política educacional, e com elas, vem o surgimento de mudanças no campo da pedagogia

histórico-crítica, com o processo de consolidação da abertura política, que se tornou um dos fatores cruciais na revisão e conceptualização do saber escolar como um todo, definindo, sobretudo, seu papel no contexto social, político e econômico da sociedade brasileira.

É notória a necessidade de se renovar a concepção, direcionamento e metodologia do ensino de vários ramos do conhecimento humano, que abranja todos os níveis de escolaridades em vigor. Tais mudanças são norteadas e moldadas pelas mudanças de concepção de homem, sociedade e ciência que são frutos do momento histórico no qual vivem.

É imprescindível que tenhamos um currículo que atine para a formação técnica do profissional, mas que o prepare para enfrentar um contexto de sala de aula inserido numa política afetada pela desigualdade social, escassez de recursos e um sistema educacional fragilizado como o nosso se encontra. Diante disso, é necessário que se forme um novo intelectual, um novo perfil de egresso, um intelectual moderno, diretamente produtivo, com capacidade para atuar com eficácia prática e política, que se dedique a fazer crítica ao arcaico princípio educativo e se predisponha a trazer inovações no que tange à metodologia de ensino.

O que observamos nos últimos currículos são remendos pouco eficazes na consecução daquilo que se realmente almeja na formação do profissional e de sua desenvoltura na prática do ensino, como também no campo de produção acadêmica. Deparamo-nos com alunos de graduação que tem verdadeiro pavor de enfrentar a sala de aula. Quando não, com concluintes do curso que não tem a mínima capacidade de redigir um trabalho ou projeto acadêmico. São meros reprodutores de ideias prontas, sem pensamento crítico ou inovador, mas, sobretudo, que não atinam para o verdadeiro sentido do que seria educação e a profissão de educador. Sim, essa realidade vigora, embora se disponibilize de um PPC teoricamente muito bem elaborado, que visa à adequação e preparação do profissional para o mercado de trabalho na esfera educacional.

Não são poucas as pesquisas que demonstram que o processo de ensino-aprendizagem de História não atende às exigências do atual quadro de desenvolvimento da sociedade atual. Advém desse fato o desafio cada vez mais crescente enfrentado na teoria e prática educativa. E é nesse contexto que trazemos à baila a última Resolução do Conselho Nacional de Educação, datada de junho do presente ano, a qual foi aprovada, porém, apenas entrará em vigor na data de sua publicação.

Incitamos, aqui, a necessidade de se avaliar esse material, analisar as inovações que o mesmo traz, quais sejam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Em face da referida Resolução, será feita uma análise das inovações propostas na tentativa de inseri-las, de fato, no novo Projeto Pedagógico.

De acordo com a Resolução supracitada, é necessário trazer para o âmbito da educação a discussão e problematização de questões deste novo milênio, quais sejam a intensificação e aplicação da discussão de temas que envolva os direitos humanos, questões de gênero, ou seja, temas atuais que precisam ser abordados nas escolas e delineiam o perfil da realidade social. Destarte, o profissional de licenciatura deve estar preparado para lidar e compreender tais vertentes do campo social, havendo assim uma vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais.

Por fim, é necessário que se elabore propostas que contribuam com uma prática docente em consonância com a nova realidade social, política e econômica do novo milênio, levando em consideração que a educação é tida como mediadora para a efetivação do conjunto de direitos humanos reconhecidos e acatados pelo Estado brasileiro.

É importante salientar que o presente trabalho não se encerra nele mesmo, não está limitado ao que expôs, quando pode ser utilizado como elemento de novos ramos de pesquisa no que concerne ao tema em questão, contribuindo para o enriquecimento cultural e

aperfeiçoamento da área abrangente na pesquisa científica. Ademais, configura a abertura para novos caminhos e discussão a respeito do tema em pauta, no intuito de consolidar, e, sobretudo, lograr seu principal objetivo que é contribuir na formação de profissional crítico e, cada vez mais, humano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação (CNE)/Conselho Pleno (CP)**. Resolução n. 01, de 18 de Fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, **2002.**

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação (CNE)/Conselho Pleno (CP)**. Resolução n. 02, de 19 de Fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União. Brasília. **04/03/2002.**

FENELON, D. R. **A formação do profissional de história e a realidade do ensino**. Tempos Históricos, **12: 23, 2008.**

FONSECA, S. G.; ZAMBONI, E. **Espaços de Formação do Professor de História.** Campinas: Papirus. Campinas, **101, 2008.**

NASCIMENTO, A.P. **Mil horas para que? A prática como componente curricular na Licenciatura em história.** Antíteses, **6: 35, 2013.**

UFPB. **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)**. Resolução n. 42, de 08 de agosto de 1996. Reformula a estrutura curricular do Curso de História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, e dá outras providências. João Pessoa. **09/09/1996**.

UFPB. **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)**. Resolução n. 04, de 17 de fevereiro de 2004. Estabelece a base curricular para a formação pedagógica dos cursos de licenciatura. João Pessoa. **09/03/2004**.

UFPB. **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)**. Resolução n. 34, de 27 e 28 de março de 2004. Aprova a sistemática de elaboração e de reformulação do Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFPB, revoga a Resolução Nº 39/99, deste Conselho, e dá outras providências. João Pessoa. **17/08/2004**.

UFPB. **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)**. Resolução n. 17, de 23 de maio de 2006. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em História, Licenciatura, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, desta Universidade. João Pessoa. **25/05/2006**.

UFPB. **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)**. Resolução n. 21, de 24 de março de 2009. Altera os Anexos II e III da Resolução nº. 17/2006 do CONSEPE. João Pessoa. **31/03/2009**.